

SOCIOLOGIA E DEMOCRACIA¹

PIERRE BOURDIEU (IN MEMORIAM)

TRADUTORAS

GRAZIELA SERRONI PEROSA

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

IONE RIBEIRO VALLE

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

REVISORA TÉCNICA

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Estou muito agradecido pela honra que me foi concedida por uma instituição onde lecionei, com grande prazer, por vários anos, a convite de Bernard Ramanantsoa e Bertrand Moingeon, e onde tenho muitos amigos. Quero expressar minha gratidão a todos eles. Eu queria aproveitar essa ocasião um tanto solene (cuja solenidade é redobrada aos meus olhos pela presença inesperada de Robert Merton, um dos maiores sociólogos vivos) para tentar dizer o quanto/como a sociologia pode contribuir para a democracia.

Estou convencido, como todo pesquisador, de que minha ciência, a sociologia, pode contribuir para uma ação política verdadeiramente democrática, para um governo de todos os cidadãos (a definição ideal de democracia) capaz de garantir a felicidade de todos os cidadãos. Gostaria de comunicar-lhes essa convicção e, talvez, compartilhá-la com vocês, mesmo que isso signifique presumir a minha força e, acima de tudo, subestimar os inevitáveis obstáculos e resistências à recepção da sociologia, dos quais a sociologia está bem ciente.

A questão da democracia não pode mais ser colocada hoje sem levar em conta o fato de que as ciências sociais estão presentes, muitas vezes de forma mais ou menos degenerada, na própria realidade social. Não tem um dia em que a economia e os economistas não sejam convocados para justificar as decisões do governo. A sociologia é chamada com menos frequência, e é somente em situações de crise, diante dos chamados problemas "sociais" (como se todos os outros não o fossem), como o problema da universidade ou a chamada questão das "periferias", que os sociólogos são chamados, especialmente na mídia. A sociologia é chamada com menos frequência, e apenas em situações de crise, diante dos chamados problemas "sociais" (como se todos os outros não o fossem), como o problema da universidade ou a chamada questão das periferias, que os sociólogos são chamados, especialmente na mídia.

Conseqüentemente, uma política verdadeiramente democrática se encontra diante da forma moderna de uma alternativa muito antiga, a do rei filósofo (ou do déspota esclarecido) e do demagogo, ou seja, a alternativa da arrogância tecnocrática, que pretende fazer as pessoas felizes sem elas ou até mesmo apesar delas, e a demissão

demagógica que aceita a sanção da demanda tal como ela é, manifesta através das pesquisas de mercado, os scores de avaliação ou as cotas de popularidade (sem contar os casos em que, como se viu recentemente, os detentores do poder estão alternadamente inclinados, por inconstância ou cinismo, em direção aos dois ramos da alternativa).

Eu penso, portanto, que tanto no governo do Estado ou na administração de uma empresa, uma política verdadeiramente democrática, ou seja, a longo prazo, uma política que seja genuinamente (e não apenas formalmente) racional, deve se esforçar para evitar essa alternativa. Não vou me estender sobre as consequências do erro tecnocrático, que se comete mais, em nome da economia: tivemos há pouco tempo bons exemplos disso, sob os nossos olhos, e seria necessário detalhar os custos, não apenas sociais, notadamente em termos de sofrimento e violência, mas também econômicos, de todas as economias impostas em nome de uma definição restrita e mutilada da economia. Eu diria apenas rapidamente, para ajudar a refletir, que existe uma *lei de conservação da violência* e que, se realmente quisermos reduzir a violência mais visível - crime, roubo, estupro, até mesmo os ataques -, precisamos trabalhar para reduzir a violência que permanece invisível (pelo menos nos lugares principais ou dominantes), a violência que ocorre nas ruas, a violência que ocorre no dia a dia, em famílias, fábricas, oficinas, delegacias de polícia, prisões ou até mesmo em hospitais e escolas, e que é o produto da "violência inerte" das estruturas econômicas e sociais e dos mecanismos implacáveis que ajudam a reproduzi-las.

Quero insistir sobre o segundo ramo da alternativa: o erro demagógico é, sem dúvida, o mais perigoso porque se apresenta sob a aparência da democracia. O progresso da "tecnologia social" (que não deve ser confundida com a "ciência social" da qual, às vezes, toma emprestado seus instrumentos) é tal que conhecemos bem, bem demais em certo sentido, a demanda aparente, atual, pontual e explicitamente declarada. Existe uma ciência da aparência ou, como diriam os gregos, da *doxa*, palavra que significa tanto aparência quanto opinião, e existem técnicos da *doxa*, da opinião, mercados de pesquisas de opinião e de mercado, herdeiros contemporâneos daqueles que Platão magnificamente chamou de *doxofistas*, o que significa tanto, sábios da aparência quanto sábios aparentes, cientistas aparentes das aparências.

A ciência social aponta os limites de uma técnica que, assim como as pesquisas de opinião, fornece apenas opiniões agregadas, à maneira de um voto, e que, como tal, pode se tornar um instrumento racional de gerenciamento demagógico, subordinado a forças sociais imediatas. Ela mostra que uma política que satisfaz a demanda aparente para garantir o sucesso falha em seu objetivo principal, que é definir os fins de acordo com os verdadeiros interesses do maior número de pessoas, e nada mais é do que uma forma mal disfarçada de marketing.

Para demonstrar isso, precisamos lembrar brevemente o que sabemos sobre os processos sociais envolvidos na produção de opiniões individuais e coletivas, o que é comumente chamado de "opinião pública". A ilusão "democrática" sobre a democracia (uma ilusão bastante compreensível, uma vez que estava envolvida na luta incontestavelmente democrática pelo sufrágio universal), essa ilusão consiste em esquecer que existem condições de acesso à opinião política constituída e expressa:

"Opinar", disse Platão, *doxazein*, é falar", é trazer para o nível do discurso, e, tal como sabemos, não somos todos iguais mediante a linguagem).

Realizei uma análise detalhada dessa espécie de resposta às pesquisas de opinião que são as não respondidas. Eu observei que a probabilidade de responder a uma questão de opinião (sobretudo, quando se trata de um problema político, constituído pelo microcosmo político), é muito desigual entre os homens e as mulheres instruídas, as menos escolarizadas, os ricos e pobres e que, conseqüentemente, a igualdade formal dos cidadãos esconde as desigualdades reais. Em resumo, a probabilidade de ter uma opinião varia com a probabilidade de poder impô-la como uma opinião ativa. Mais ainda, na maioria das vezes, as pesquisas de opinião têm o efeito de impor um problema: elas obtêm respostas (sim ou não) para perguntas que não foram colocadas - ou seja, perguntas que os entrevistados não haviam feito a si mesmos antes de serem questionados e que não estavam em condições de perguntar, sendo a resposta, portanto, um puro artefato.

Que conclusões podemos tirar dessas constatações? Profundo ceticismo em relação à democracia? A ciência - e precisamos voltar a Platão mais uma vez - fornece informações sobre os meios; ela não diz nada sobre os fins. Mas quando falamos em democracia, os fins são claramente definidos: precisamos trabalhar para universalizar, ou seja, democratizar, as condições econômicas e culturais de acesso à opinião política. Isso confere um papel decisivo à educação, tanto à educação básica quanto à aprendizagem ao longo da vida: ela não é apenas uma condição para o acesso a empregos ou posições sociais, é a principal condição para o acesso ao exercício real dos direitos dos cidadãos.

A sociologia ensina também o que se chamou de leis de bronze² dos aparelhos políticos dos sociólogos do final e do começo deste século, o que se tem chamado de neo-maquievélico, ou seja, a concentração do poder representativo nas mãos de poucos, e que afetam particularmente as organizações compostas pelos mais desfavorecidos, não são, como acreditavam seus inventores, leis da natureza: se baseiam nas leis da produção de opiniões individuais que acabei de dizer e, como todas as leis sociais, podem ser neutralizadas pela ação informada, baseada nessa lei.

Mas a análise sociológica também se aplica a outras formas de formação de opinião, notadamente a opinião coletiva. Além da formação da assim chamada opinião pública, por meio da agregação estatística de opiniões individuais e em série (como votação ou pesquisas de opinião), há também formas completamente diferentes, como manifestações e todas as formas de movimentos sociais. Esses movimentos coletivos obedecem a uma lógica totalmente diferente, a da mobilização de agentes dotados de opiniões que são pouco constituídas como tal, mas que podem ser apreendidas de outras formas (sofrimento). Seria preciso examinar ainda o lobby praticado pelos grupos de pressão, organizações de agentes com opiniões ativas e, de certa forma, pré-mobilizadas.

É uma primeira contribuição, essencialmente crítica, que a sociologia poderia oferecer à democracia. Mas a sociologia faz mais do que apenas contribuir para a crítica das ilusões sociais, que é uma das condições para uma escolha democrática; ela também pode formar a base de um utopismo realista tão distante do voluntarismo irresponsável quanto da resignação cientificista à ordem estabelecida.

A sociologia se opõe radicalmente à prática da *doxosofia*, seja ela a ciência sem um cientista de pesquisas de opinião que se contenta em propor aos entrevistados as

perguntas que o microcosmo político faz sobre eles. Ela se propõe a ir além das aparências e do discurso aparente sobre as aparências, seja o discurso produzido pelos próprios agentes ou o discurso ainda mais ilusório produzido por *doxósofos*, pelas pesquisas de opinião, comentaristas políticos e políticos, em um jogo de espelhos que refletem a si mesmos indefinidamente.

A política tem sido frequentemente comparada à medicina. E basta reler a "Coleção de Hipócrates" para descobrir que, assim como o médico, o político coerente não pode se contentar com as informações fornecidas pelo registro de declarações que, em mais de um caso, são literalmente produzidas por uma interrogação inconsciente de seus efeitos: "O registro cego dos sintomas e das confidências dos doentes está ao alcance de todos: se isso fosse suficiente para intervir com eficácia, não haveria necessidade de médicos". O médico deve se esforçar para descobrir as doenças que não são óbvias (*à-delà*), ou seja, precisamente aquelas que o profissional não pode "ver com os olhos nem ouvir com os ouvidos": de fato, as queixas dos pacientes são vagas e incertas; os sinais emitidos pelo próprio corpo são obscuros e só revelam seu significado muito lentamente e, muitas vezes, após o fato. Portanto, cabe ao raciocínio (logismos) revelar as causas estruturais que as palavras e os sinais aparentes só revelam ao obscurecê-los.

Portanto, antecipando as lições da epistemologia moderna, a medicina grega afirmou desde o início a necessidade de construir o objeto da ciência rompendo com o que Durkheim chamou de "pré-noções", ou seja, as representações que os agentes sociais fazem de sua condição. E assim como a medicina nascente teve de enfrentar a concorrência desleal de adivinhos, mágicos, charlatães e "fabricantes de hipóteses", a ciência social hoje está enfrentando todos aqueles que se orgulham de interpretar os sinais mais visíveis do mal-estar social; A todos os "meio-inteligentes" que, armados com seu "senso comum" e sua pretensão, correm para os jornais e para a frente das câmeras para dizer o que está acontecendo em um mundo social que eles não têm nenhuma maneira efetiva de conhecer ou entender.

A verdadeira medicina, de acordo com a tradição hipocrática, começa com o conhecimento das doenças invisíveis, ou seja, aquelas sobre as quais o paciente não fala, não está ciente ou se esquece de mencionar. O mesmo se aplica a uma ciência social preocupada em conhecer e compreender as causas reais da doença, as quais não se exprimem à olhos vistos senão por meio de sinais sociais difíceis de interpretar por serem aparentemente óbvios demais. Estou pensando nas explosões de violência gratuita nos estádios esportivos e em outros lugares, nos crimes racistas e nos sucessos eleitorais dos profetas da desgraça, ávidos por explorar e amplificar as expressões mais primitivas do sofrimento moral, que são geradas tanto ou mais do que pela miséria e pela "violência inerte" das estruturas econômicas e sociais, por todas as pequenas misérias e pela violência suave da existência cotidiana.

Para ir além das manifestações aparentes, evidentemente temos que voltar aos determinantes econômicos e sociais reais dos inúmeros ataques à liberdade das pessoas, à sua aspiração legítima à felicidade e à realização de si que exercem, atualmente, não somente as restrições impiedosas do mercado de trabalho, da moradia, mas também pelos veredictos do mercado escolar, ou pelas sanções abertas ou agressões insidiosas

da vida profissional. Trazer à tona os mecanismos que tornam a vida dolorosa, até mesmo insuportável, não é o mesmo que neutralizá-los; trazer à tona as contradições não é o mesmo que resolvê-las. Mas, por mais céticos que sejamos em relação à eficácia social da mensagem sociológica, se não podemos dar por certo o efeito que ela pode ter, ao menos é preciso permitir que as pessoas que sofrem descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e, assim, se sintam absolvidas.

Essa constatação, apesar das aparências, nada tem de desesperador: o que o mundo social faz, o mundo social pode desfazer, desde que eles se armem daquilo que se conhece sobre o mundo social. O que é certo, em todo caso, é que nada é mais inocente do que o "*laissez-faire*": se é verdade que a maior parte dos mecanismos econômicos e sociais que estão no princípio dos sofrimentos mais cruéis, notadamente os que regulam o mercado de trabalho e o mercado escolar, fonte hoje de incalculáveis sofrimentos, esses mecanismos não são fáceis de eliminar ou de modificar. Resta que qualquer política que não aproveite ao máximo as possibilidades, mesmo que limitadas, que estão abertas à ação e que a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser considerada culpada por não ajudar uma pessoa em perigo.

Claramente, a sociologia é incômoda; e é incômoda porque revela, e nisso ela não é diferente de qualquer outra ciência: "não há ciência que não seja a do oculto", disse Bachelard. Mas o oculto - e é aí que reside o problema - é de um tipo muito especial: geralmente é um segredo - que, como certos segredos de família, não gostamos de ver revelado - ou, melhor ainda, um segredo reprimido. Notadamente quando se trata de mecanismos ou práticas que contradizem abertamente o credo democrático (estou pensando, por exemplo, nos mecanismos sociais de seleção escolar que desmontei). É por isso que, mesmo quando se contenta em dizer o que é (não sem algum prazer perverso), o sociólogo que faz seu trabalho de revelar, em vez de se contentar em registrar e ratificar as aparências, pode parecer estar denunciando.

Claramente, a sociologia é incômoda; e é incômoda porque revela, e nisso ela não é diferente de qualquer outra ciência: "não há ciência que não seja a do oculto", disse Bachelard. Mas o oculto - e é aí que reside o problema - é de um tipo muito especial: geralmente é um segredo - que, como certos segredos de família, não gostamos de ver revelado - ou, melhor ainda, um segredo *reprimido*. Notadamente, quando se trata de mecanismos ou práticas que contradizem abertamente a crença democrática (penso, por exemplo, nos mecanismos sociais de seleção escolar que analisei). É por isso que, mesmo quando se contenta em dizer o que é (não, às vezes, sem algum prazer perverso), o sociólogo que faz seu trabalho de revelar, em vez de se contentar em registrar e ratificar as aparências, pode parecer denunciar.

Aqueles que denunciam a sociologia sob o pretexto de que ela denuncia são respondidos por aqueles que se desesperam com a sociologia sob o pretexto de que ela se desespera (...). Mas a sociologia não é apenas uma declaração de fatos que é considerada tanto mais determinista, pessimista e até desmoralizante quanto mais profunda e rigorosa ela for. Ela pode fornecer meios realistas de neutralizar as tendências imanentes da ordem social. As leis de ferro, como já disse, não são leis eternas da natureza, mas leis históricas, cuja eficácia pode ser suspensa ou minimizada pela ação de modificar as condições históricas de sua eficácia. Aqueles que protestam contra o "determinismo" precisam se lembrar que foi necessário conhecer a lei da gravidade para construir máquinas voadoras que efetivamente desafiassem essa lei.

Conferência traduzida recebida em: 30/04/2023

Aprovado para publicação em: 22/08/2023

NOTAS

1 - Conferência proferida na cerimônia para receber o título de Doutor Honoris causa, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, em 27 novembro 1995. A comunicação oral está disponível no *YouTube* (<https://www.youtube.com/watch?v=9VGLbN861a4&t=282s>). A transcrição e tradução para o português foi autorizada pela família. O texto da conferência foi publicado em francês apenas em 2023, com o prefácio de Maxime Quijoux e o posfácio de Johanna Siméant-Germanos. Bourdieu, Pierre (2023). *Sociologie et démocratie*. Lyon: Presses universitaires de Lyon.

2 - O sociólogo alemão Robert Michels (1876-1936), por meio da obra *Sociologia dos partidos políticos*, publicada originalmente em 1911, constrói sua “Lei de Bronze”, a partir de uma investigação empírica do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Sobre isso, ver por exemplo *O espectro da Lei de Bronze: uma reflexão sobre a teoria política de Robert Michels por meio do contextualismo social*, de Dias e Neres (2019). Disponível em: <https://e-vesta.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/24526>. Acesso em 09 de junho/2023. [N.T.]

GRAZIELA SERRONI PEROSA: Professora Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), coordenadora do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais e pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP/EACH/USP). Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9575-0602>

E-mail: grazielaperosa@yahoo.com.br

IONE RIBEIRO VALLE: Professora Titular do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (2014), doutorado em Ciências da Educação pela Université René Descartes - Paris V Sorbonne (2001), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991) e graduação em Pedagogia pela Universidade do Planalto Catarinense (1976).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7496-3959>

E-mail: ione.valle@ufsc.br

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), doutorado em

PEROSA, G. S.; VALLE, I. R.; CUNHA, M. A. de A.

Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003,) doutorado sanduíche em Sociologia - Paris X - Nanterre (2001) e pós-doutorado em Educação pela Unicamp (2018). Atualmente é professora titular na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do OSFE- Observatório Sociológico Família-Escola, do NUPEDE-Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares e do LapenSI - Laboratório de Experiências em Formação e Narrativas de Si.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0233-3883>

E-mail: amalia.fae@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).